
**UMA PERSPECTIVA INTRODUTÓRIA
AOS CONHECIMENTOS SOBRE SEGURANÇA
E DEFESA, NACIONAIS E AFINS**

(TÓPICOS E ESQUEMAS)

Fernando F. Valença

**UMA PERSPECTIVA INTRODUTÓRIA
AOS CONHECIMENTOS SOBRE SEGURANÇA
E DEFESA, NACIONAIS E AFINS
(TÓPICOS E ESQUEMAS)**

I — CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

1. A excepcional importância e mesmo a inédita dramaticidade das vivências conflituais das sociedades, no Mundo actual, conferem o maior melindre e complexidade ao que de essencialmente se costuma hoje referir no âmbito ou contexto da Segurança e Defesa Nacionais e Afins. E torna irrecusáveis as exigências de melhor «pensar» e «agir» no que lhe respeita. Jamais, na verdade, se tornou tão necessário e premente informar e aculturar, sã e correctamente, a Opinião Pública — os cidadãos em geral — e preparar responsáveis, profundamente conscientes e qualificados para bem «compreender» o dito contexto e melhor «equacionar», «decidir» e «actuar» as e nas pertinentes questões e problemas. E isso aos diversos níveis nacionais e internacionais e nos seus multiformes aspectos: sociais, políticos, psicológicos, económicos, tecnológicos, científicos, estratégicos, militares, etc.

Mas tal pressupõe, ou melhor, exige, em íntima correlação:

- A capacidade (bem informada e enformada) de se ter a mais correcta Percepção do respectivo quadro de Realidades, estruturais e conjunturais;
- A disponibilidade de um Corpo de Conhecimentos, teóricos e práticos, devidamente fundamentado, sistematizado e com uma linguagem harmonizada *ad hoc*. Quer dizer, com suficiente idoneidade científica, como tem sido procurado noutros campos das vivências societárias e até sem tanta gravidade e estigmas.

2. Sociólogos, politólogos, tratadistas de Estratégia, experientes homens de Estado e da vida internacional têm reclamado das grandes carências e dificuldades ainda inerentes à consecução daqueles desideratos. E apontado como eles têm sido prejudicados pelas deformações passionais e ideológicas, pelos empirismos simplistas; pela aplicação de obsoletos ou irrealistas modelos de análise e de pseudopragmatismo; por ingenuidades, utopias e até insanidades.

Não obstante as apreciáveis contribuições que vêm sendo dadas, em bibliografia e actividades de estudo e investigação, em centros universitários e especializados, para a laboriosa e demorada configuração do pretendido Corpo de Conhecimentos — ainda se verifica, frequentemente, mesmo em meios, intelectual e funcionalmente, responsáveis:

- Uma certa confusão de conceitos básicos e na respectiva gramática;
- O recurso anárquico, mal articulado, mal assimilado ou fortemente parcializado, a teorias e preceitos de disciplinas díspares. Como sejam: a Sociologia, a Política, as Relações Internacionais, a Geopolítica, a Estratégia, etc. Cada uma, aliás, com as suas dificuldades epistemológicas. Algumas com claras incipiências e estando civadas, por vezes, de certos esoterismos;
- Por fim, verifica-se também a tendência de alguns grupos para menosprezar as conceptualizações teóricas mais profundas e abstractas ou abrangentes, as quais pretendem conferir à consideração do Contexto de Segurança e Defesa uma base mais científica. Encaram esses grupos tal contexto apenas na base do que assumem como realismo conjuntural. Votado, essencialmente, à avaliação das situações concretas dos casos que vão decorrendo (em cada momento, período e espaço) e à consideração prática das políticas e estratégias que julgam apropriadas. Avaliações e acções que resultam de posturas e de métodos, ditos positivistas e pragmáticos. Mas que são mais ou menos enformados por certos estereótipos históricos, formais e tecnocráticos, inclusive estratégicos, de cariz ortodoxo, ou são meramente simplistas.

3. A propósito do até aqui exposto, reagistem-se algumas reflexões⁽¹⁾ de personalidades meritórias, no pensamento e acção, no nosso tema. Assim, afirmaram elas:

- «A despeito da maior consciência acerca das diversas doenças do Mundo, não é menos difícil e premente encontrar soluções permanentes (ou o mais possível eficazes) para os Conflitos e as Guerras do que para a cura do cancro. Isso desafia, profundamente, o «intellecto humano (2)».

(1) Que se transcrevem e também se parafraseiam.

(2) Dos professores J. E. Dougherty e R. L. Pfaltzgraff Jr., in «Contending Theories on International Relations».

- «Os problemas da Defesa, cuja importância salta aos olhos, concita o interesse de procurar reunir o conjunto de conhecimentos que lhe são próprios, cuja necessidade é premente. Mas, na progressão laboriosa das Ciências Humanas, falta a ideia geral, um «operador comum» que responda, cabalmente, às necessidades daquele contexto (3)».

Para o autor desta reflexão, o tal «operador comum» compreenderá uma «Praxeologia da Acção» (4), em que a Estratégia tem papel fundamental, e uma «Filosofia» ou «Álgebra» subjacentes àquela. Ou seja, as bases conceptuais integradas, científicas e adequadas ao conveniente apoio teórico e racionalizante das ditas Praxis e Estratégia. Tendo estas carácter mais prescritivo e tendencialmente doutrinal (5) do que explicativo da essência dos respectivos fenómenos e problemas. Dizem pois respeito mais aos «meios» e «métodos» de actuar do que aos «fins» e suas «razões de ser», cuja conceptualização está a montante.

Para o mesmo autor «os maus usos e ensino da Estratégia têm sido fatais para o Mundo Ocidental», dados os insucessos e vicissitudes por que tem passado, desde a Segunda Guerra Mundial e até desde antes.

- Como última invocação, regista-se o que afirmou um muito célebre e experimentadíssimo homem público e de acção no Contexto de Segurança e Defesa — Winston Churchill — (6): «Aqueles que se encontram impregnados de um corpo de doutrina definida e de convicções fundamentadas estão em muito melhores condições para enfrentar as mudanças e as surpresas.»

4. O Instituto da Defesa Nacional (IDN) realiza, há anos a esta parte, cursos, estágios, seminários, ciclos de estudo e outras actividades afins, no cumprimento do que prescreve o seu Estatuto legal. Ou seja, genericamente, no sentido de: «contribuir para a definição de uma doutrina

(3) Do general Beaufre, in «Introduction à la Stratégie».

(4) Designação usada por Raymond Aron, em «Paz e Guerra entre as Nações».

(5) O professor I. Seminatore, em artigo na revista italiana «Stratégie Global», sob o título Evolução do Pensamento Estratégico, afirma: «Não há palavra no vocabulário contemporâneo que, como a Estratégia, seja portadora de tão grande variedade semântica e semelhante polivalência doutrinal.»

(6) Cit. «Pequena História de Sangue, Suor e Lágrimas».

de Defesa Nacional e para o esclarecimento recíproco e valorização dos quadros das Forças Armadas e dos sectores público e privado».

Nas suas características, essencialmente culturais e pedagógicas⁽⁷⁾, relativamente ao Contexto da Segurança e Defesa, concorre para:

- Favorecer maior sensibilização e rigor à Percepção das correspondentes Realidades, por parte dos que participam nas aludidas actividades e, por indução incremental, na Opinião Pública;
- Fornecer achegas à constituição de Corpo de Conhecimentos sobre a candente temática, que se reconhece tarefa muito laboriosa e sempre em processo de crítica construtiva e de aperfeiçoamento não dogmático, mas flexível e oportuno.
- E é só no mais amplo sentido cultural e pedagógico e nas condições antes mencionadas que o IDN deve naturalmente concorrer para a definição de uma doutrina de Defesa Nacional.

5. Merece destaque nas actividades do IDN a realização anual do Curso de Defesa Nacional, frequentado por militares e civis seleccionados, com a duração de cerca de oito meses e currículo muito largo e variado. Currículo que corresponde a três períodos:

- O primeiro, ocupando 13 por cento dos tempos, é votado ao Quadro Conceptual, versando os conceitos, a terminologia, as teorizações e os métodos gerais, julgados indispensáveis ao desenvolvimento das matérias e trabalhos;
- O segundo período — Quadro Internacional — e o terceiro período — Quadro Nacional — ocupam, respectivamente, 19 por cento e 68 por cento dos tempos totais do Curso.

6. O presente trabalho constitui apenas um ensaio a uma Perspectiva Introdutória (sob óptica pessoal) ao aludido Quadro Conceptual.

Além destas Considerações Prévias, compreende, em linguagem mais condensada, em estilo de tópicos e esquemas:

- II — Algumas Reflexões sobre Conceitos e Métodos.
- III — Realidades Particularmente Relevantes na Nossa Época.
- IV — Alguns Dados e Conclusões Resultantes de Abordagens Empírico-Teóricas do Contexto de Segurança e Defesa.

(7) Em sentido amplo, de informação e enformação de todos os participantes, e larga abertura crítica e criativa.

V — Breve Revista ao Estado dos Conhecimentos Sobre Segurança e Defesa.

VI — Esquematização Conclusiva.

II — *ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE CONCEITOS E MÉTODOS*

1. Pressupostos, mais genéricos e universais

a. A interacção entre «unidades» sociopolíticas (cuja expressão moderna mais vulgar reside nos «Estados» e entidades afins) processa-se por relações de:

- Indiferença ou anódinas;
- Concertação ou negociação não conflitual;
- Competição;
- Conflito mais ou menos violento e manifestando-se de formas variadas.

b. A História mais remota ou contemporânea confirma que:

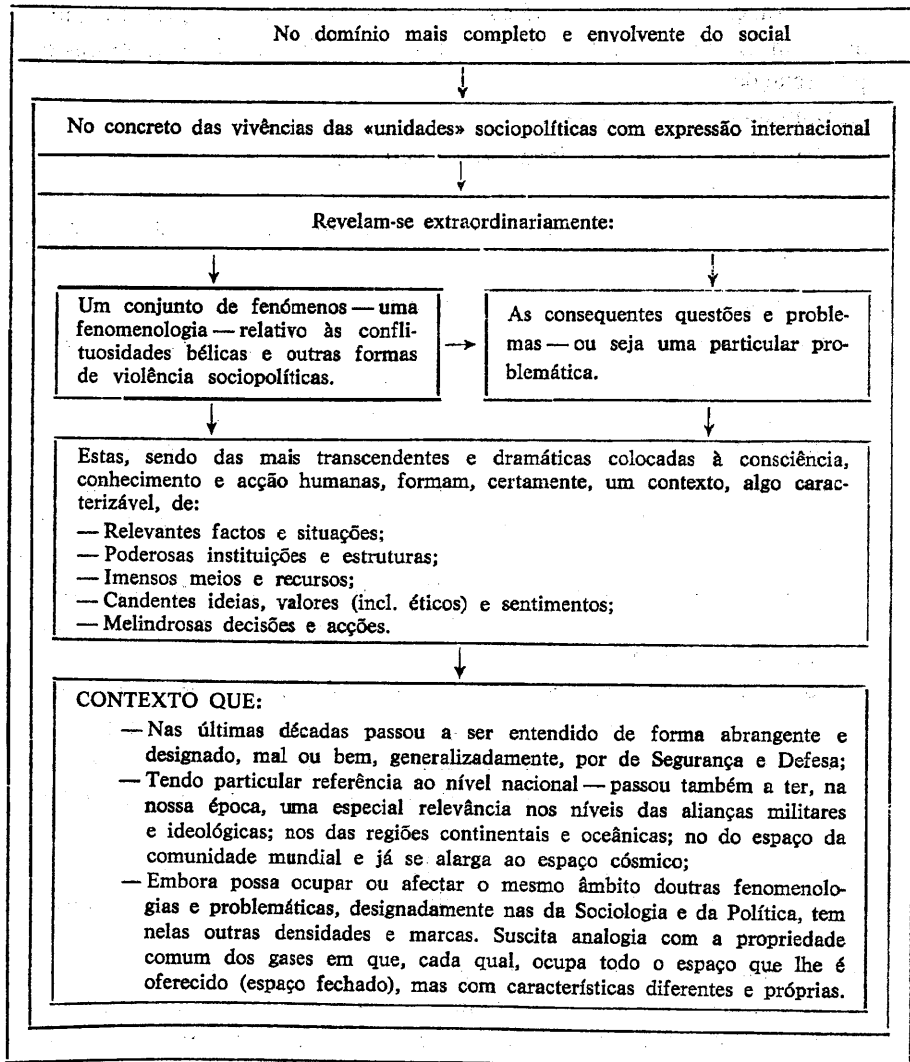
- Antagonismos e conflitos sempre têm feito parte decisiva do processo ou da dinâmica das sociedades;
- Todas as civilizações e configurações de «unidades» sociopolíticas nasceram, desenvolveram-se, decaíram e, por vezes, extinguiram-se, marcadas fortemente por esse processo e dinâmica. O exemplo de Portugal não foge à regra, nas várias fases por que tem passado até à presente;
- A vida dessas «unidades» decorreu entre as possíveis variantes de paz e as das guerras, internas e externas, tantas vezes com relações recíprocas;
- Os conflitos e variantes de guerras sempre tiveram diversas causas: políticas, sociais, ideológicas, económicas, territoriais etc.;
- Sempre implicaram, simultaneamente, atitudes e medidas defensivas e ofensivas, de conservação, de expansão ou de hegemonia de poderes;
- Sempre respeitaram a uma dialéctica de vontades, tendendo a resolver-se pela coacção, com aplicação directa, indirecta ou cataliticamente da força armada.
- O âmbito e intensidade da violência conflitual, manifestaram-se de acordo com as características e disponibilidades dos meios e dos processos dependentes das circunstâncias sociais, políticas,

culturais, tecnológicas, económicas, etc., de cada época e sociedades em causa.

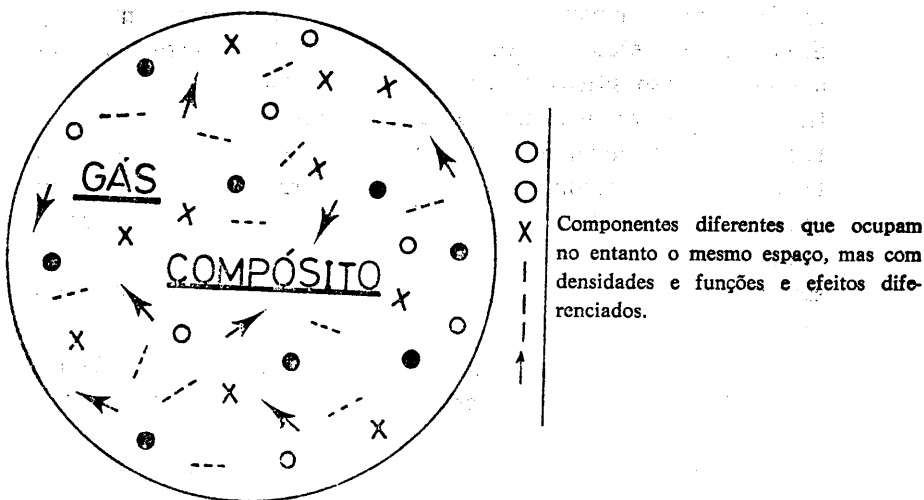
c. Assim, como Síntese, o Equema seguinte:

ESQUEMA 1

A História prova, e a da actualidade com excepional agudeza, que:



ESQUEMA 2
UMA SIMPLES ANALOGIA



2. Evolução de ideias e práticas sobre segurança e Defesa

a. Regra Geral

A tipologia e os modos específicos de encarar a conflituosidade bélica e outras formas de violência sociopolítica sempre foram — sob a influência de factores culturais (particularmente tecnológicos), sociais, psicológicos, económicos, etc. — expressão e agentes de transformação, para cada sociedade e época.

b. Até à Segunda Guerra Mundial

Fenómenos, questões, problemas que agora se explicitam no contexto de Segurança e Defesa eram encarados fragmentariamente e pressupunham a dicotomia entre paz e guerra:

— Era esta — mas na sua acepção ortodoxa, embora já com a dimensão total militar na escala da época — que ocupava ou ofuscava, predominantemente, o campo, as ideias, as preocupações e as práticas do referido contexto.

- Raras eram as sensibilidades ao significado abrangente por ele hoje assumido. Escassíssimos foram os títulos e as alusões bibliográficos, institucionais e estruturais dos e aos referidos termos. Segurança e Defesa tinham significados restritos e respeitavam a posturas, dispositivos e acções militares, com carácter preventivo ou defensivo, nos diversos escalões operacionais.
- Estavam institucionalizadas as Secretarias ou os Ministérios da Guerra e prevaleciam os conceitos da organização da Nação para a guerra e da Nação em armas, respectivamente para o tempo de paz e de guerra.
- Eram considerados em compartimentos autónomos, dificilmente articuláveis:
 - Os assuntos da guerra, focalizados no Castrense, onde os Ramos das Forças Armadas também resistiam à coordenação e a concepções globalizantes;
 - Os assuntos da diplomacia, focalizados nos Ministérios ou Secretarias dos Negócios Estrangeiros e no sistema de Embaixadas;

O soldado e o diplomata eram, simbolicamente, os actores no referido contexto que actuavam, em princípio, de modo sequencial e dicotomicamente.
- Então, pode aludir-se que, no contexto de Segurança e Defesa, «viam-se as árvores mas não a floresta».

c. *A partir da Segunda Guerra Mundial*

- *Ocorreram grandes alterações no sistema internacional e no modo de encarar a guerra e o contexto da Segurança e Defesa, particularmente devidas:*
 - *As novas e poderosas tecnologias armamentistas e outras com fortes impactos (alguns radicais) na tipologia bélica e noutras formas de violência, bem como na vida social, política e cultural das sociedades;*
 - *A grande relevância, assumida pelos factores psicológicos, ideológicos e económicos nos jogos do Poder: v. g. nas conflituosidades, inter e intra-estaduais;*

- *Ao descrédito e julgamento público* das iniciativas do recurso à guerra, a par do desenvolvimento de princípios e ideias pacifistas, propagandeadas como atributo de regimes e ideologias ditas progressistas, autoproclamando-se verdadeiramente democráticas e libertadoras.
 - *Todos os Estados e outras «unidades» políticas* afins pretenderam ser tomadas por pacifistas e exemplares respeitadores do direito internacional, não obstante as contradições deste (v. g. Carta da ONU), e dos comportamentos expansionistas, agressivos e violentos continuados a verificar e até exacerbados.
 - *Pela convergência das circunstâncias aludidas:*
 - *Generaliza-se* a institucionalização de Ministérios ou de Secretarias da Defesa, com carácter muito mais abrangente do que os anteriores Ministérios ou Secretarias da Guerra, sendo eliminado este termo, como título central da legislação e das estruturas, que é substituído por *Defesa e ou Segurança*.
 - *Relevam-se e alargam-se* as funções dos Conselhos de Defesa já existentes, mas antes com a tradição de serem essencialmente destinados a tratar assuntos militares de Guerra.
 - *O termo Segurança* é utilizado com maior latitude, designadamente ao nível superior internacional (v. g. *Conselho de Segurança na ONU*, Conselho Nacional de Segurança nos EUA, etc.).
 - *Na mesma orientação* criam-se ou destacam-se, em importância e no alargamento dos seus âmbitos, Institutos e outros órgãos congéneres, votados ao estudo e investigação do respeitante à *Segurança e Defesa* nacionais e internacionais.
- d. *A história da evolução institucional e estrutural do contexto da Segurança e Defesa* é bem ilustrada em *Portugal*. Refira-se apenas que até 1950 existiu o Ministério da Guerra, indenticado com o Exército. Só nesse ano foi criado o cargo de Ministro da Defesa, mas não ainda o Ministério da Defesa, instituído formalmente pela Lei n.º 29/82, da Defesa Nacional e das Forças Armadas, mas ainda na prática não concretizado. Também só em 1950 é criado

o cargo de Chefe do EMGFA, e só em 1952 a Força Aérea se autonomiza do Exército e da Armada.

3. Metodologia para a abordagem do contexto da Segurança e Defesa

a. *Deverá considerar, como é comum a qualquer outra abordagem:*

- *A percepção e assumpção* do respectivo domínio, susceptível de visão e leituras próprias;
- *A sua caracterização* → objecto, âmbito, incluindo sobreposição com outros domínios → aspectos metodológicos próprios;
- *A compreensão* das respectivas fenomenologia e problemática, tanto em termos gerais e abstractos, como das conjunturas (universais e particulares) e da sua evolução;
- *O tratamento e resolução* das questões e problemas que se enfrentem aos diversos níveis de responsabilidade e acção.

b. *Ora o rigor e eficácia destes aspectos metodológicos dependem, em última análise:*

- *Da objectividade* e valor das *observações e julgamentos* sobre as realidades pertinentes:
 - Ao processo geral em que a humanidade está envolvida;
 - Aos quadros internacional e nacionais em causa, na actualidade e na perspectiva da sua evolução.
 - *Da disponibilidade e utilização* de um quadro conceptual, ou seja, de Corpo de conhecimentos devidamente apurado, sistematizado e com desejável idoneidade científica. Tal quadro ou Corpo de conhecimentos respeitará, essencialmente:
 - A possíveis teorizações, procurando explicações e regularidades de causas e efeitos, aplicáveis, em especial, à fenomenologia;
 - Processos, métodos e técnicas de aplicação às problemáticas da acção, ou seja uma *praxeologia*.
- Adiante se darão sugestões sobre as designações possíveis para tais conhecimentos.

c. Mas há a encarar grandes dificuldades na abordagem profunda e rigorosa do nosso tema. Dificuldades de natureza epistemológica que se aludem rapidamente em 4.

4. Dificuldades epistemológicas, a considerar ponderadamente

a. Factos verificados:

- *Graves e trágicos fracassos* históricos e na actualidade, resultantes de erros, omissões e ilusões no contexto de Segurança e Defesa;
- *Contrastes chocantes* entre as notórias complexidades e melindres que lhe são inerentes e:
 - As precaridades sobre a coerência, profundidade e devida difusão dos respectivos conhecimentos;
 - As fortes controvérsias e radicalismos acerca de alguns dos seus aspectos essenciais (morais, teóricos, pragmáticos, jurídicos, etc.) — hoje exarcebados em largas camadas sociais;
 - O fácil acesso, espontâneo e impreparado, à opinião convicta e à ousada (ligeira e simplista) intervenção, por parte de ingénuos, demagogos fanáticos, manipulados: foi exemplo desta situação o já ocorrido noutros contextos, hoje já com respeitável idoneidade científica: na medicina, na economia, na meteorologia, etc.

b. Principais obstáculos ao rigor do pensamento e da acção no contexto da Segurança e Defesa:

- Acentuação dos comuns a todos os domínios sociais e às respectivas Ciências, designadamente no tocante à nebulosa e contraditória terminologia — expressando e alimentando a crise do Mundo, com os significados diversos e conflituais de Guerra, de Violências justas e injustas, de Segurança e Defesa, de Democracia, de Liberdade, de Pacifismo, de Progressismo, etc., etc.;
- Reflexos especiais das incertezas, incipiências, irracionalidades e paixões que acompanham os conceitos, métodos e práticas das Políticas internas e externas, condicionantes do pensar, decidir e executar no âmbito da Segurança e Defesa;
- Peso da tradição, da despiciência e do acervo de preconceitos em relação à guerra e ao castrense e, por extensão, ao contexto da Segurança e Defesa;
- Fácil mistura, no caso, de ideias morais, com preferências ideológicas e políticas;

- Subsistência de certa mentalidade esotérica, traduzida:
 - Na consideração de causas escatológicas ou metafísicas;
 - Na procura obsessiva de causalidades culpabilizantes;
 - No ilusionismo jurídico.
- Confusão de teorias com doutrinas dogmáticas;
 - As armadilhas do empirismo simplista e das falsas evidências do chamado senso comum.

III — REALIDADES PARTICULARMENTE RELEVANTES NA NOSSA ÉPOCA

1. Esboço de uma mundividência

Como antes se apontou, a caracterização objectiva do domínio ou do contexto da Segurança e Defesa nacionais e afins implica, antes de mais, uma noção correcta das realidades bastante específicas da nossa época. Aduzem-se, a seguir, uma perspectiva geral e alguns factores de sublinhar, a tal propósito, fundamentados em opiniões de pensadores e responsáveis idóneos.

a. *Perspectiva geral*

- A Humanidade passa pelas mais extraordinárias e aceleradas transformações ocorridas depois da queda do Império Romano;
- Elas afectam todos os povos, com impactos notórios nas sociedades de civilização ocidental, indiciando, quiçá, inexorável decadência ou pelo menos perda da sua supremacia mundial;
- Não obstante os formidáveis progressos científicos e tecnológicos, desenvolveram-se e perspectivam-se graves crises, em aspectos essenciais das vivências dos diversos Estados, Nações e da Humanidade em geral;
- Geram-se e generalizam-se, persistentemente, exacerbados conflitos, ameaças, tensões, violências (designadamente terroristas), fazendo crer recuos a tempos bárbaros e a insanas pulsões de autodestruição.

b. *Factores a sublinhar*

- *A intensa globalização da Humanidade*: do sistema de Estados, das sociedades e dos grandes problemas. Estamos todos *embarcados na mesma «nave»*;
- *A acelerada e crítica criação de novos Estados — clímax do fenómeno descolonização* (começando em 1775, com a independência dos EUA);
- *As fortes assimetrias* inter e intracontinentes, regiões, Estados e os contrastes em:
 - Graus de pressão demográfica;
 - Sociedades de consumo e de fome.
- *As crescentes interdependências* (algumas vitais); a muito desigual distribuição de recursos básicos e de tecnologias;
- *A alta complexidade estrutural e funcional das sociedades modernas* e suas, aumentadas e perigosas, vulnerabilidades;
- *O abandono de valores tradicionais*, sem substituições válidas;
- *As crises das concepções ocidentais de estado-nação, soberania e de equilíbrio de poderes*. A importância dos poderes funcionais e erráticos;
- *A heterogeneidade dos actores do sistema internacional*;
- *A dimensão planetária dos confrontos ideológicos*, polarizados nas duas superpotências, reflectindo-se e estimulando outros confrontos de carácter religioso, étnico, nacionalista, etc.;
- *A instabilidade endémica em muitas áreas do mundo*;
- *As pressões integradoras e desintegradoras, bastante fortes e contraditórias*. A alteração da importância relativa de fronteiras físicas e ideológicas;
- *As tendências diversas para*:
 - Novos tipos de comunidades transnacionais (CEE, etc.);
 - Separatismos, de violenta e difícil concretização;
 - Dependências «finlandizantes» e satelizantes;
 - Confusão institucional, económica e política;
 - Entrada em estado de rutura ou anarquia social, económica e da autoridade, em algumas sociedades.

- A opinião pública, sobreinformada, sem coerência com o mais válido e importante; confundida e manipulada. O mundo, a nova Babel electrónica (parafraseando Mac Luhan);
- O crescimento da decepção, frustração e até pessimismo sobre as esperanças e convicções do progresso ilimitado e paz permanente para a Humanidade na base da Ciência, da Tecnologia, do Direito.

2. Alguns aspectos a sublinhar para a Europa Ocidental

a. Significados e consequências das duas Grandes Guerras Mundiais:

- Reflectiram graves contradições internas e nos modelos e valores até então adoptados na respectiva civilização;
- Tiveram também como que o carácter de guerras civis.

A I Grande Guerra (1914-1918)	A II Grande Guerra (1939-1945)
— Precipitou as convulsões sociais dos comunismos e dos fascismos. — Relevou o factor ideológico nos conflitos internos e externos. — Iniciou e praticou a expressão da guerra militar total. — Projectou o imenso poder dos EUA. — Impulsionou a decadência da hegemonia europeia no Mundo.	— Pôs em prática o conceito alargado e global de guerra total. — Introduziu as armas de destruição em massa (o facto nuclear, etc.). — Proporcionou o aparecimento das superpotências. — Dividiu a Europa em dois blocos ideológicos e estratégicos. — Precipitou o processo da descolonização. — Consumou o enfraquecimento da projecção dominante da Europa no Mundo, que sucedeu durante séculos.

b. Situação actual e perspectivas

- A Europa reduziu-se a pequena península da Eurásia, sob a ameaça de uma superpotência e a protecção da outra.
- Circunstância precária que se prolonga por mais de quatro décadas, sempre potencialmente crítica, cuja perda de controlo será do mais perigoso para desencadeamento da terceira guerra mundial.
- Dificuldade de admitir a persistência eternizada destas três seguintes circunstâncias:

- A divisão de Nações e povos idênticos ou afins, histórica e culturalmente;
- O risco de gravíssimas crises e de confronto nuclear;
- A Segurança e Defesa da Europa assente na primeira linha de forte dispositivo militar americano.
- Mas a Europa, afinal, parece ter potencialidades para, sem ferir a aliança com os EUA, desempenhar papel mais importante e independente no quadro internacional.

3. Contrastes entre as sociedades de modelo ocidental e as totalitárias⁽⁸⁾, estritamente do ponto de vista das vulnerabilidades, no contexto da Segurança e Defesa⁽⁹⁾

<i>Sociedades de modelo ocidental</i>	<i>Sociedades totalitárias</i>
— Grande permissividade de costumes; — Deliquescência do prestígio e da acção da autoridade a todos os níveis; — Larga permeabilidade às ideias fora dos <i>statu quo</i>, nomeadamente às de subversão e das acções dos seus agentes internos e externos; — Enfraquecimento dos sentimentos e deveres para com a Nação e o Estado. Reforço das solidariedades horizontais e transnacionais com prejuízo das verticais; — Diminuição do prestígio e da importância da instituição militar, no Estado e junto da sociedade civil⁽¹⁰⁾, largas condescendências com os objectores de consciência. — Sacrifício de tudo ao bem-estar.	— Severidade e repressão contra saídas de estreitos padrões; — Imposição do respeito pelas autoridades, firmeza na obediência e sancionamento pesado dos infractores à disciplina; — Impermeabilidade, implacável perseguição e sancionamento pesado dos dissidentes; liquidação dos considerados traidores e acusados, por norma, de banditismo ou loucura; — Intensa formação de tais sentimentos, por vezes levados ao fanatismo e até xenofobia. Exigências rigorosas quanto ao cumprimento dos ditos deveres; — Forte predominância da instituição militar e seu prestígio permanentemente promovido. Dura intransigência para os que a recusam e denegridem. — Sacrifício de tudo às ideologias.

⁽⁸⁾ Contrastes nem todos cumulativos, mas referidos em termos genéricos; aplicáveis, particularmente, às sociedades de regime democrático pluralista; por outro lado, às sociedades marcadamente totalitárias, quer em regime político, quer em estilo de vida;

⁽⁹⁾ Sem minimizar, em balanço geral, as vantagens éticas e de dignidade civilizacional do Mundo livre, sobre o concentracionário.

⁽¹⁰⁾ Ou dos extractos, socialmente mais influentes da população civil.

IV — *ALGUNS DADOS E CONCLUSÕES RESULTANTES DE ABORDAGENS EMPÍRICO-TEÓRICAS DO CONTEXTO DA SEGURANÇA E DEFESA*

1. De análises antropológicas e históricas

- Considera-se que, nas sociedades primitivas, a primeira diferenciação de funções preliminares da divisão social do trabalho entre homens e mulheres, logo influída na educação das crianças, consoante os sexos, relacionou-se com a caça, a luta com a guerra.
- Em 5500 anos de povos com História reconhecida, registaram-se mais de 14 000 conflitos armados sangrentos;
- Durante 3358 anos, e até 1861, só houve 227 anos de Paz, na vivência dos povos do mundo ocidental, incluindo os da Bacia Mediterrânica:
 - Nos últimos três séculos verificaram-se 286 guerras na Europa;
 - De 1500 a. C. até 1860 registaram-se 8000 tratados de paz, que deveriam subsistir eternamente, mas cuja média de duração foi de dois anos;
 - Depois da Segunda Guerra Mundial, e até 1980, registaram-se mais de 125 conflitos internacionais, envolvendo directamente 60 países e indirectamente cerca de 80.
 - Cifram-se em muitas dezenas de milhões de mortos as consequências de conflitos ocorridos depois da II Grande Guerra, considerando também os massacres e genocídios com eles relacionados. Entre o mortos, refugiados, estropiados, etc., contam-se muitos angolanos, moçambicanos, guineenses, timorenses e portugueses.

2. Da experiência conjuntural é de sublinhar:

- *A conjugação de factores* extraordinariamente favoráveis ao desenvolvimento e manutenção de tensões, ameaças, agressões e conflitos violentos intra e interestaduais; interblocos ideológicos; inter-regiões subdesenvolvidas e as desenvolvidas.
- *O crescente desenvolvimento*, sofisticação e tremendo poder dos meios e processos de violência.
- *A ameaça suprema e permanente* da utilização conflitual de armamento nuclear e de outro de destruição massiva. Avalia-se que

- existem armamentos explosivos na Terra (com preponderância para os nucleares) suficientes para matar dez vezes toda a população, à razão de 25 dólares por pessoa...
- *A situação inédita* na história da conflituosidade sociopolítica, marcada:
 - *Pela escala catastrófica* dos efeitos sobre as sociedades directamente por eles atingidos, mas com repercussões sobre todas as outras, podendo mesmo colocar em causa a sobrevivência da Humanidade;
 - *Pela instituição, em termos universais, da Paz do Terror*, inibindo, embora precariamente, as superpotências de provocar o confronto directo e a eclosão da terceira guerra mundial;
 - *Pela ênfase conferida à dissuasão* e a formas especialmente operantes de acção insidiosa e de coacção indirecta.
 - *O alargamento e a agudização dos anseios de paz e das militâncias pacifistas.*
 - *Os contrastes:*
 - Das mais militantes e acirradas partes em conflito se apresentarem como fervorosas defensoras da Paz, sem contudo desistirem ou cederem acerca da vitória final dos seus objectivos e ideologias e sem deixarem de querer disfrutar da superioridade armamentista;
 - De, em várias áreas do Mundo, sobretudo nas mais instáveis e ou subdesenvolvidas, se empenharem imensos recursos em armamentos, militarizações, e apoios à violência (terrorismo, etc.) noutras sociedades.
 - *A dependência externa profunda*, da esmagadora maioria dos países e de outros actores da vida internacional, da importação ou da cedência de armamentos e apoios logísticos financeiros, etc., para prover aos requisitos da sua Segurança e Defesa e, designadamente, para se empenharem em acções de guerra, mesmo convencionais e, limitadas, subversivas, revolucionárias, etc.

— *A grande valorização dos níveis de acção indirecta* baseados especialmente nos efeitos psicológicos de persuasão coactiva, dissuasão, subversão, terrorismo.

— *A notória eficácia destas acções* em desfavor das sociedades não totalitárias, verificada na História contemporânea.

Os princípios de Lenine, Estaline, Krustchev e a doutrina Brejnev, todos fervorosos activistas da hegemonia final da ideologia comunista, sem limitações de Direito; afirmando a irreversível instalação de regimes comunistas nos países «libertados» pelos exércitos soviéticos na II Grande Guerra; formulando a ideia de «coexistência pacífica», mas sem desistir da certeza e tudo fazer, na respectiva competição, pela vitória final do comunismo e da estratégia da URSS e o princípio da solidariedade socialista que leva a apoiar, incansável e com todos os meios, as facções ou Poderes que se digam ou se prometam alinhados na ideologia e respectiva Estratégia.

3. A via da análise da acção política

a. Faz decorrer a compreensão e o tratamento do contexto da Segurança e Defesa da ênfase posta na realidade do Poder político e no seu atributo a soberania;

— Confere a esse Poder, segundo diversos critérios de legitimação, a representação dos interesses e das aspirações nacionais (ou da respectiva «unidade» sociopolítica) e o dever da consecução dos correspondentes objectivos (também avaliados, segundo diversos critérios) de Bem-estar, de Justiça e de Segurança e Defesa, não obstante os óbices que a tal se oponham, interna e externamente.

— Admite, em geral, o conflito sempre possível ou mesmo permanente (consoante o tipo mais ou menos forçado de interacções) entre poderes, assumidos de soberania ou arrogando-se com direito a ela.

b. Segurança e Defesa constituem finalidades e instrumentos racionais da política nacional (ou da respectiva unidade sociopolítica), envolvendo os aspectos em que, potencial ou efectivamente, intervenha a coacção e a violência.

São preocupações fundamentais dos poderes políticos, assumidos de soberania ou pretendendo a tal, diminuir as respectivas vulne-

rabilidades e aproveitar e melhorar as potencialidades da respectiva «unidade» sociopolítica, em ordem a garantir a sua liberdade de acção.

As conclusões e pressupostos desta via de análise em causa, embora concorram para a compreensão e tratamento do contexto da Segurança e Defesa, não o fazem suficientemente; até, quando hipertrofiados, os seus postulados e conclusões podem apoiar caminhos viciosos de cariz ideológico: nacionalismos e militarismos exacerbados, etc.

4. A via das relações internacionais

- a. — Não difere, de modo apreciável, quanto a postulados e conclusões, da via antes também muito brevemente aludida;
 - Dá particular ênfase aos princípios, medidas institucionais e estruturais, relativas ao Direito internacional;
 - Fornece esclarecimentos úteis sobre as necessidades sentidas, concepções formuladas e ..., também, ilusões perdidas, acerca da evolução das formas de encarar o contexto da Segurança e Defesa. Designadamente, no tocante à Guerra e à Paz e à extensão deste contexto nos tempos contemporâneos a todo o Planeta, através dos instrumentos, ainda que precários, de Segurança adoptados pela ONU.
- b. Sem já considerar que as relações internacionais se processem em pleno «estado de natura hobesiano», admite, a via em causa, que o sistema internacional é predominantemente heterogéneo. Isto é, comporta diferenças profundas e dificilmente redutíveis, quanto a filosofias de vida, posições e motivações ideológicas, interesses e objectivos, entre blocos de potências, em especial entre as superpotências, mas também entre ou dentro dos subsistemas em áreas determinadas da humanidade.

- Isso implica conflitos permanentes com manifestações variadas, susceptíveis de promover escaladas perigosas.
- Segurança e Defesa, ao nível dos Estados, das alianças e blocos e ao nível mundial, constituem realidades e necessidades irrecusáveis mas que se devem modernamente configurar no sentido da manutenção de equilíbrios, dissuasões, e de evitar o pior.
- Também a via em causa não é suficiente para esclarecer completamente o contexto da Segurança e Defesa. Tem confiado, descoroçoadamente, no historicismo, no normativismo, no idealismo.

5. A via da análise geopolítica

- a. — Parte da afirmação e pretendida explicação científicas acerca das relações intrínsecas entre os factores geográficos (físicos e humanos), correspondentes aos diversos «espaços» da Terra e aos Poderes neles emergentes e influentes;
 - Concebe cada Estado ou «Unidade» sociopolítica e agrupamentos afins como «organismos geográficos» cujas «vivências» e, particularmente, suas «acções políticas» decorrem e traduzem ou devem traduzir a verdadeira «consciência geográfica» das respectivas posições, configurações, ambientes, estruturas (demográficas, económicas, políticas, etc.);
 - Formula, com tais fundamentações, princípios e teorias, sobretudo acerca do presente e do futuro da sobrevivência, manutenção e desenvolvimento das «unidades» sociopolíticas e de seus agrupamentos afins. Entre os autores de teorias mais conhecidas citam-se os nomes de Ratzel, Mahan, Kjellen, Makinder, Haushofer, Spykman, S. Cohen.
- A Geopolítica pretende considerar as relações de Poder, as pressões, os entrechoques, as rivalidades, as disputas de hegemonias (inclusive pela violência armada), decisivamente condicionadas pelos factores geográficos nos correspondentes «espaços».

- b. Nestas bases pretende entender o contexto de Segurança e Defesa e definir as exigências e orientações (consideradas pretensamente impositivas) das políticas e das estratégias, correspondentes aos determinados espaços geográficos e poderes:

Sucede, porém, que a compreensão e as práticas relativas à Segurança e Defesa são susceptíveis de aplicações menos prudentes dos, já de si, discutíveis (e, em certos meios, desclassificados) princípios e teorias geopolíticas. E, nomeadamente, da sua derivada, a Geoes-tratégia. Ramo ou metodologia que enfatiza os factores da Geo-grafia física, aplicando-se, mais habitualmente, à análise de situações de conflito armado convencional, fazendo futurologia sobre cenários a tal respeito e postulando, simplificadamente, a classificação das potências internacionais em marítimas e terrestres ou continentais. A que corresponderão, respectivamente, conceitos estratégicos de predomínio dos poderes navais ou dos terrestres ou dos aeronavais e dos aeroterrestres. Nessa linha, tende-se a interpretar a predo-minante conflituosidade internacional sempre como o resultado (nas suas diversas manifestações) do confronto irresistível entre as supre-mas potências do «mar» e de «terra» em cada época.

- c. As profundas alterações ocorridas com e depois da II Grande Guerra levam, no entanto, a acautelar os casos de irrealismo e de insufi-ciência das análises geopolíticas de cariz determinista e fortemente agarradas a princípios e teorias formuladas antes daquele trans-cendente evento. Isto é, baseadas quer em princípios de rígida inal-terabilidade dos factores geográficos e até mesmo dos físicos; quer nas supremacias culturais e raciais; quer na evocação dogmática da repetição de factores e situações históricas, muitas vezes com a pretensão de justificar, tautologicamente, determinadas visões e solu-ções acerca do e para o domínio da Segurança e Defesa e para os conceitos estratégicos correspondentes.

De ponderar que a dimensão ou relação «espaço-tempo» sofreu grande alteração nos últimos decénios. As barreiras geográficas e

as distâncias passaram a ter outro significado, devido às extraordinárias evoluções nos transportes e comunicações de relação e nos vectores armamentistas.

As ideologias, a ciência e a tecnologia, os factores económico, espacial, de comunicação social e psicológico passaram a ter capital importância na valorização dos «espaços» e dos Poderes, nas suas relações e projecções internas e externas. Passaram a fortemente condicionar as interpretações e práticas relativas ao contexto da Segurança e Defesa.

Os casos dos «espaços petrolíferos» ou ricos em outras matérias-primas; o Japão, os casos de Cuba, Nicarágua, Angola, Etiópia; a expansão do Poder da URSS, designadamente dos seus poderes marítimo, aéreo, espacial, todos eles ultrapassam as análises geopolíticas e geoestratégicas assentes em determinismos geográficos e em reducionismos que fizeram escola antes da Segunda Grande Guerra.

6. Outras vias de análise são utilizadas para se chegar à compreensão e tratamento do contexto da Segurança e Defesa: as vias da Psicosociologia, da Biossociologia, da Ética e até das Filosofia e Metafísica: todas podem dar alguns contributos, mas insuficientes só por si.

Vamos a seguir destacar a via Sistémica que, na sua formulação sincrética, tem particular interesse.

7. A via sistémica

a. Indica que:

O destino de todas as sociedades humanas autónomas é condicionado pelas grandes leis do nosso ecossistema e da «lógica do vivo», aplicável aos seres individuais e colectivos:

— A intervenção voluntarista dos homens está condicionada pelo conhecimento dessas leis e das relativas à sua específica vivência social.

— É da essência intrínseca das sociedades e das civilizações, como sistemas vivos (activos e abertos):

- Automanterem-se (persistência do ser);
- Auto-reproduzirem-se;
- Auto-regularem-se (princípio da homeostasia);
- Oporem-se às ameaças e agressões internas e externas;
- Evoluírem no sentido do desenvolvimento ou da decadência e ou extinção.

b. De acordo com teorias sociológicas idóneas releva-se o seguinte quadro:

<i>Necessidades, interesses e funções a considerar nas sociedades que persistem e se desenvolvem</i>	<i>Quatro condições causadoras de decadência e extinção</i>
— <i>De sobrevivência</i>: biológica, social e cultural. — <i>De protecção</i>: contra antagonismos, ameaças e agressões a populações, a patrimónios e valores. — <i>De integração</i>: identificação dos componentes humanos e valores em conjunto personalizado; tendência para neutralizar e eliminar diferenças e desequilíbrios. — <i>De aperfeiçoamento</i>: de bem-estar material e espiritual na respectiva escala de valores. — <i>De influência</i>: noutras sociedades e e no quadro internacional. — <i>De expansão</i>: cultural, económica, ideológica e política.	— <i>Decadência e extinção biológica</i>: taxas de natalidade, mortalidade e emigração, ultrapassando limites determinados. — <i>Apatia dos componentes</i>: cessação de motivações individuais e colectivas. — <i>Guerra de todos contra todos</i>: conflitos de interesses alheios aos valores colectivos e éticos. — <i>Absorção por outra sociedade em grau total ou afectando fortemente a sua autonomia política e caracterização cultural</i>.

8. Uma síntese conceptual

O contexto dito da Segurança e Defesa caracteriza-se, essencialmente, em termos gerais e abstractos por:

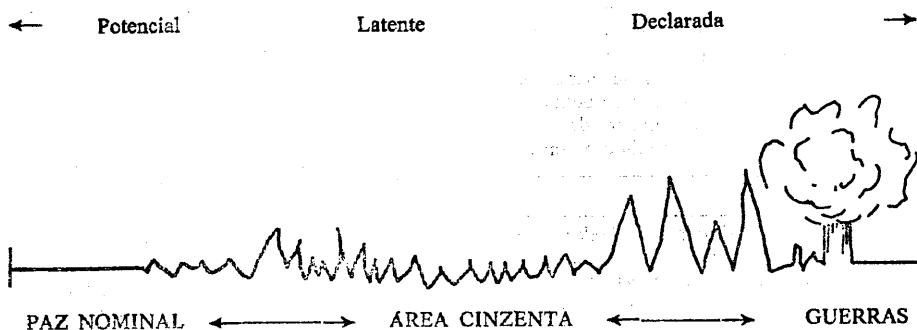
ESQUEMA 3

a. <i>Uma determinada fenomenologia conflitual</i>	b. <i>Uma consequente problemática</i>
— <i>Actores</i>: unidades políticas com expressão internacional (e não só Estados e Nações); — <i>Presentes</i>, efectiva ou potencialmente, a coacção e violência organizadas (em diversas formas e modos) e, designadamente, a força armada, intervindo directa, indirecta ou cataliticamente; — <i>Causas</i> não únicas ou lineares, mas, em geral, sincréticas, respeitando a uma ou mais colectividades ou a grupos ou pessoas de poder; — <i>Tipologias específicas</i>, mas variadas (incluindo de guerras mas não só) com diferentes intensidades e reflexos na vida dos actores e no respectivo sistema internacional (aos níveis local, regional e mundial); — <i>A que corresponde «espectro»</i> de situações e manifestações, desde a paz nominal à guerra nuclear (ver esquema 4).	— <i>Traduzida</i> numa dialéctica de vontades em conflito, que se enfrenta e procura resolver; — <i>Em que cada parte</i> pretende lograr os seus objectivos societários e políticos (defensivos, ofensivos de conservação ou de influência ou de expansão) com optimização da sua liberdade de acção, com probabilidade de sobrevivência, menores riscos e melhor relação de custos-eficácia; — <i>Implicando</i> equacionamentos e diagnóstico de situações concretas; planeamentos e programações de objectivos e acções; estruturas de meios; práticas e condutas de acções operacionais; — <i>Ou seja uma praxeologia</i> de acção, respeitando aos níveis dos poderes políticos e dos tecnocráticos, responsáveis pelas medidas de execução próprias do contexto de Segurança e Defesa.
↓ — <i>Implica teorias</i> explicativas e, tanto que possível, prospectivas: — O seu carácter multidisciplinar; — A Polemologia, como ciência ou Sociologia da paz, da guerra e dos conflitos, segundo G. Bouthoul; — Raymond Aron designou-a por «Dialéctica dos antagonismos» ou «Conduta diplomático-estratégica».	↓ — <i>Implica</i>: vontades colectivas e do poder político; doutrinas, métodos, processos; estruturas e meios especializadas: — A Estratégia total como praxeologia das acções polemológicas; — A Metaestratégia como extensão desta praxeologia a grandes acidentes telúricos e outros não polemológicos, mas com carácter diferente do conceito essencial de Estratégia, caracterizado por a dialéctica de vontades, envolvendo a coacção.

ESQUEMA 4

O «ESPECTRO» OU «CONTÍNUO» PAZ — GUERRA

CONFLITUOSIDADE



<i>Variantes de Paz</i>
— Da satisfação
— Da concertação
— Da hegemonia
— Do império
— Do terror

<i>Variantes de Guerra</i>
— Cívís
— Revolucionárias
— Clássicas ou convencionais, limitadas, mundiais
— Nucleares, limitadas ou totais (holocausto)

<i>Manifestações e situações, susceptíveis de se verificarem ao longo do «espectro», em diferentes graus, consoante as faixas</i>		
Persuasão	Ameaças	
Dissuasão	Agressões insidiosas	
Subversão	Agressões abertas	
Terrorismos		
Tensões	Crises	Desencadeamento de guerras

Notas ponderosas:

- *Necessidade de conhecimentos teóricos e práticos do significado destas categorias e dos seus mecanismos, aprofundados na Polemologia e na ciência-arte da Estratégia, a que neste trabalho não nos podemos ater.*
- *Preponderância dos aspectos psicológicos e ideológicos na dialéctica das vontades do contexto de Segurança e Defesa.*
- *Forte correlação entre Segurança e Defesa interna e externa.*

9. Variantes de conceitos e práticas sobre Segurança e Defesa, adoptados por cada «Unidade» sociopolítica:

a. São, sempre, subjectivamente, o reflexo de, e referenciadas: — A respectiva escala de valores e de modelos normativos; — As ópticas, mais ou menos realistas e competentes dos responsáveis, sob as quais o contexto da Segurança e Defesa é entendido e considerado. ↓ Cada Estado ou Poder, mais ou menos legítimo, institui ou impõe os conceitos e as práticas sobre Segurança e Defesa que bem entender, mas com as consequências que as realidades e o tempo sempre julgam.	b. Devem ser objectivamente adequadas: — Aos graus de independência e soberania admitidos; — Aos correspondentes factores geopolíticos e geoestratégicos; — Aos objectivos que representem ou digam representar aspirações e interesses da respectiva sociedade; — As capacidades e vulnerabilidades inerentes à consecussão de tais objectivos; — Aos tipos e graus de credibilidade e de prioridade das ameaças; — A evolução política, social, económica, científica e tecnológica.
--	--

c. Alguns comentários sobre variantes de conceitos e suas ambiguidades:

- *Conceitos restritos*, focalizam-se nos aspectos militares dos conflitos armados, relativos a Estados soberanos. Referem-se essencialmente: a medidas e meios, militares ou directamente em seu apoio, com dicotomia entre a paz e guerra; à sua preparação e execução.
- *Os conceitos alargados e globais* pressupõem toda a gama de actividades e medidas, quer directas, quer indirectas, militares, económicas, psicológicas, políticas, etc., estando em causa, com mais ou menos abrangência e permanência, as variadas agressões, potenciais ou efectivas, a Estados e outras «unidades» sociopolíticas afins.
- *Mas a acepção*, inclusive semântica, dada ao termo Defesa Nacional sugere geralmente a ideia de atitude e de medidas apenas de protecção ou defensivas e, sobretudo, de natureza militar e agressões externas. Pressupõe a existência do inimigo tradicional ou bem marcante temporalmente.
- *A generalização e invocação de Defesa Nacional*, com a carga destas acepções, mostra contradições com os comportamentos políticos e estratégicos de certos Estados e de outras «unidades»

sociopolíticas, com persistentes objectivos e práticas expansionistas, hegemónicas e perturbadoras dos *statu quo*. Esses comportamentos são de facto muito pouco defensivos, a não ser de interesses e ambições, de legitimidade, por vezes, muito frágil e criticável.

- *Na época actual*, bastante é de ponderar que muitas das acções de estratégia indirecta têm cariz agressivo ou ofensivo. E sucede que são acessíveis e praticadas mesmo por pequenas Potências e demais «unidades» com expressão internacional que, simultaneamente, mostram atitudes defensivas noutros planos da acção.
- *De ponderar que a própria dissuasão é*, de certo modo, simultaneamente defensiva-ofensiva.

Também não se pode fazer a divisão rigorosa dos mais importantes armamentos das grandes potências entre defensivos e ofensivos.

- *Parece que o termo Segurança* será mais abrangente e flexível para designar o contexto da conflituosidade com incidências internacionais, na nossa época, de que o de Defesa.
- *Ele poderá*, inclusive, sugerir uma certa analogia com os seguros que, na vida corrente, são feitos em relação a certas situações, as quais põem valores em causa; onde há riscos, incertezas e custos de «prémios» a arcar, de acordo com o que está em jogo e as condições probabilísticas atribuídas aos respectivos fenómenos. Há, obviamente, diferenças entre os casos, mas, na analogia meramente sugestiva, deve ser considerado que, no caso da Segurança Nacional e afins, o «Seguro» pode ter certa influência sobre a respectiva Fenomenologia.
- *Assim o termo Segurança* pode também parecer mais adequado à ideia de controlo da dinâmica dos conflitos, respondendo à aspiração de concretizar vivências internacionais, num melhor, quadro de paz razoável e realista. Aliás, o termo Segurança é o adoptado pela ONU, embora ainda eivado mais de idealismos do que de um realismo apurado e operante.
- Como atrás se aludiu, o contexto de Segurança e ou Defesa é um subconjunto da Política na sua acepção mais larga, mas tem sua

densidade e características próprias de conflituosidade, agressividade e violência.

— Tende-se, por vezes, a confundir, completamente, o contexto da Segurança e Defesa global e correspondente prática — a Estratégia — com o total da Política.

Como se sugeriu nos Esquemas 1 e 2 anteriores, isso não parece correcto, nem operativo. Pode conduzir a pensamentos e atitudes totalitárias e prejudiciais para o Desenvolvimento.

Trata aquele de aspecto particular do relacionamento entre «unidades» sociopolíticas, processado em ambiente conflitual, efectivo ou previsível, com determinada tipologia e intensidade de agressividade e violência.

Sob a inspiração das ideias de Julien Freund (na sua obra «A Sociologia do Conflito») ousa adiantar que o Contexto de Segurança e Defesa respeitará a situações conflituais em que se passou ou presume passar a estados de excepção, éticos-jurídicos-políticos-sociais, nos quais os competidores ou adversários se transformam em «Inimigos» e desaparece a noção ou figura do «Terceiro...» como «Juiz» aceite unanimemente pelas partes, ou com Autoridade e Poder para intervir na resolução ou inibição das oposições conflituais de violência.

10. Seis graus ou fases dos objectivos de Segurança e Defesa de «unidades» sociopolíticas

- *De sobrevivência* — Casos de criação recente ou de viabilidade persistentemente precária, com instabilidade e estruturação incipientes, com sujeição a ameaças activas e decisivas.
- *De preservação* — Reforço da situação interna já capaz de dissuadir e reagir, com razoável eficácia, às ameaças internas e externas contra a sobrevivência e autonomia.
- *De fortalecimento* — Capacidade para, através de negociações e persuasão, criar tampões em áreas vizinhas para protecção de territórios próprios e alianças vantajosas, sem perda de autonomia e liberdade de acção.

- *De influência externa* — Capacidade de exercer, de modos indirectos (sem emprego directo da Força Militar), coactiva influência no relacionamento com outras Sociedades e Estados e na sua atitude internacional.
- *De projecção do Poder* — Capacidade de, com ameaça de emprego da força ou com sofisticos modos de legitimidade do seu uso, organizar ataque interno a outra sociedade ou Estado, satelitizando-o e apoiando grupos e poderes políticos, facções favoráveis ou factotuns.
- *De conquista* — Capacidade de, por modos directos e indirectos, absorver ou exercer completa hegemonia sobre outras sociedades e Estados.

NOTA — Estes graus ou fases podem corresponder à evolução histórica de um dado Estado ou a situações particulares a algum ou alguns.

V — BREVE REVISTA DA SITUAÇÃO DOS CONHECIMENTOS SOBRE SEGURANÇA E DEFESA NACIONAIS E AFINS

1. Tradição e evolução

- a. *No passado* as preocupações estiveram essencialmente focadas:
 - Na história dos eventos relacionados com as guerras e suas variantes clássicas;
 - Nas pertinentes questões de direito e de diplomacia;
 - Idem nos aspectos éticos e deontológicos;
 - Idem nas interpretações míticas, obscuras, sentimentalistas, judicativas, dogmáticas;
 - Nos «Comos» preparar e fazer a guerra e suas variantes.

As tentativas de abordagens mais profundas: Tucídides, Maquiavel, Clausewitz, Spencer, Hegel, Comte, Marx, etc.

b. *Depois da Segunda Guerra Mundial:*

- Reconhecimento da necessidade de colmatar chocantes contrastes entre:
 - O extraordinário desenvolvimento dos «Comos»;
 - As faltas e desinteresses pelos «Quês e Porquês».

— Consequências culturalmente mais marcantes:

- Intensificação dos estudos e investigações de base sociológica, política, psicológica, estratégica, etc;
- Criação de organismos, a nível dos Estados e internacionais, exclusivamente dedicados aos variados e mais importantes temas do contexto de Segurança e Defesa;
- Generalização do interesse das Universidades. O fenómeno de bastantes civis passarem a «think-tanks», e de militares a interessarem-se mais pelos aspectos globais e a montante do castrense;
- O imenso volume e variedade de bibliografia, que vai sendo publicada.

c. Em Portugal:

— Positivo

- Criação do IDN, da Associação de Auditores do IDN e do Instituto de Estudos Estratégicos;
- Princípio do interesse de algumas Universidades.

— Negativo

- Generalizado alheamento escolar e de muitos dos que se reclamam intelectuais;
- Grandes insuficiências informativas e formativas na sociedade portuguesa sobre o contexto da Segurança e Defesa.

2. Vias de estudo e de investigação

a. Normativas e especulativas

- *Privilegiam a paz*, na base de princípios idealistas, mas também, em casos flagrantes, com objectivos políticos e de estratégia indirecta a favor de certas Potências e Poderes.

b. Cognitivas e analíticas

- *Relevam os conhecimentos científicos* acerca da Sociedade, da Nação, do Estado, do Poder, do Sistema internacional, da Guerra,

da Paz, dos Conflitos, etc., das principais «categorias» conceptuais e factores, a considerar no contexto da Segurança e Defesa.

- *Procuram elaborar hipóteses teóricas e métodos*, explicativos e operatórios, apoiados em diversas disciplinas e instrumentos de análise, de planeamento e decisão, visando a melhor compatibilização possível da responsabilidade, com a racionalidade e com os grandes princípios da ética universal: seguem a «ética do conhecimento».
- *Evitam juízos de valor radicais*, inclusive de subordinação ideológica.

3. Limitações e finalidades desejáveis

- *Não se vislumbra uma teoria geral e acabada*, mas sim um Corpo de conhecimentos teóricos e práticos interdisciplinares, envolvendo, essencialmente, a Sociologia, a Política, a Polemologia, a Estratégia global ou total e os métodos de análise, planeamento, decisão, condução e controlo das acções que lhe são específicas. O currículo dos cursos de Defesa Nacional, sempre em ajustamento, procura reflectir a necessidade da devida sistematização do dito Corpo de conhecimentos.
- *Como aliás sucede noutros contextos do social, do político e do psicológico*, nem tudo é racional ou racionalizável no universo da Segurança e Defesa. Universo onde imperam o hostil e o incerto, muito mais complexo do que o determinista e mesmo o probabilístico.
- *Sabe-se que a abordagem científica e metodológica não omite o que se apresenta como irracional*. Mas procura considerá-lo com aproximações sucessivas, com margens de erros ponderados; com «intuições informadas», com réponsabilidades amadurecidas e competentes.
- *Pretende-se o mesmo* para a compreensão e tratamento da fenomenologia e da problemática da Segurança e Defesa.
- *Há que bem construir e fortalecer o verdadeiro espírito da Segurança e Defesa*. Que não se compadece com ilusões e amadorismos, mas requer correcta percepção das realidades e conhecimentos bem fundamentados.

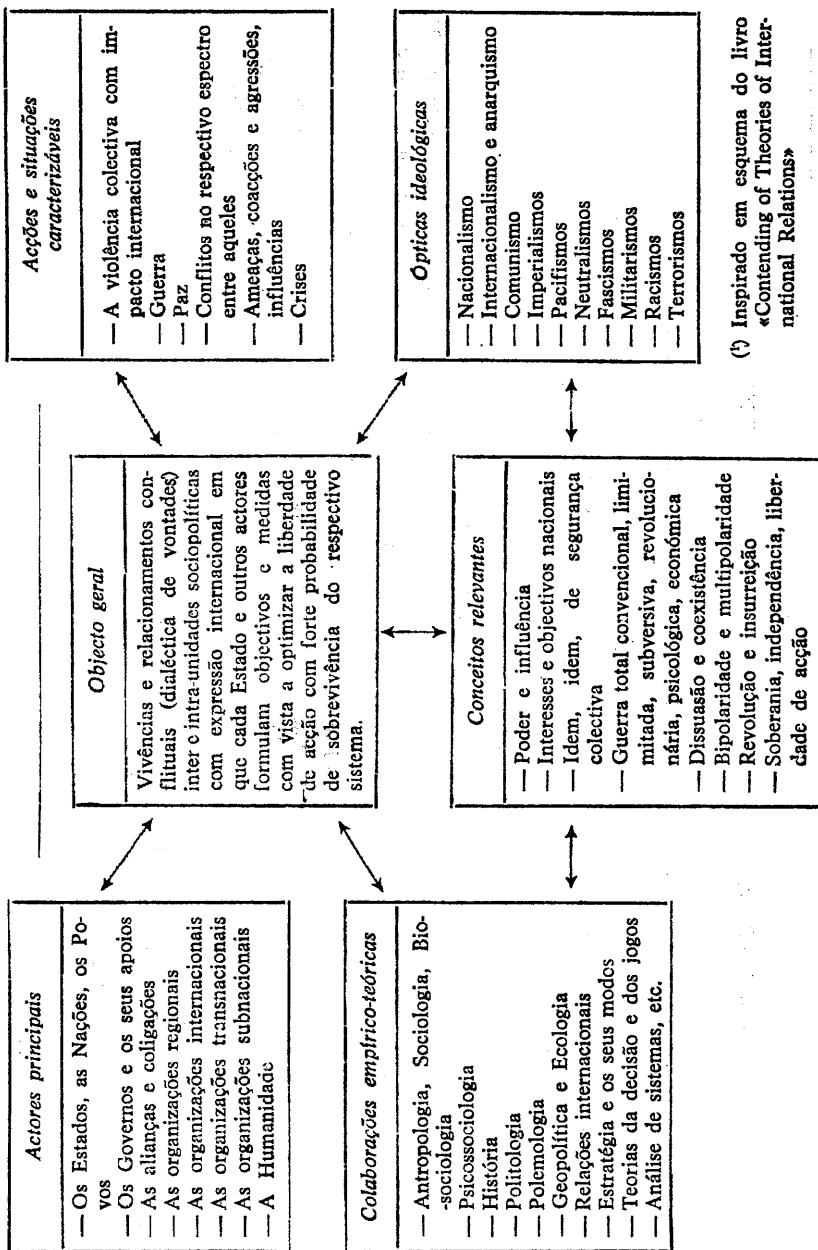
— Só assim se poderá alicerçar a Paz possível e salvaguardar os valores essenciais à dignidade humana e garantir a sobrevivência da nossa espécie, sujeita a ameaças sem paralelo histórico.

VI — ESQUEMATIZAÇÃO CONCLUSIVA

1. *No Esquema 5* pretende-se apresentar uma síntese, com rigor limitado, acerca do *contexto geral da Segurança e Defesa, focando:*
 - O seu objecto geral;
 - Conceitos relevantes;
 - Actores principais;
 - Acções e situações caracterizantes;
 - Ópticas ideológicas bastantes vezes dominantes;
 - Colaborações empírico-teóricas.
2. *No Esquema 6 dá-se uma ideia geral do «Currículo» do curso de Defesa Nacional*, o qual, de certo modo, reflecte uma tentativa de esquematização do *Corpo de conhecimentos relativos ao contexto da Segurança e Defesa*. Na aludida esquematização dá-se a seguir, no Esquema 7, ênfase especial ao *quadro conceptual*, que tem carácter mais geral e abstracto. Quadro sobre o qual se indicam os temas das respectivas conferências, enquanto nos quadros internacional e nacional só se apontam títulos dos grupos das mesmas.
3. Mas é um facto que há muito ainda a prosseguir no esforço de investigação e de sistematização para alcançar a desejável síntese teorizante e pragmática sobre o Contexto da Segurança e Defesa nacionais e afins. Síntese a inserir devidamente na Cultura nacional e a divulgar adequadamente aos vários níveis e âmbitos e características do meio social.

ESQUEMA 5

CONTEXTO DA SEGURANÇA E DEFESA
(Esquema de conceptualização)



(¹) Inspirado em esquema do livro
«Contending of Theories of Inter-
national Relations»

ESQUEMATIZAÇÃO DO PROGRAMA DO CURSO DE DEFESA NACIONAL/86

(Ocupará 364 tempos de horário, cada T=1h 30) (a)



1.º Período — Quadro Conceptual (cerca de 12% T) (b) — Introdução à problemática da Segurança e Defesa (28T) — Noções gerais de Estratégia (19T) — Trabalho de grupo (10T)
--

2.º Período — Quadro Internacional (cerca de 19% T) (c) — Algumas perspectivas globais (28T) — Algumas perspectivas regionais (13T) — Políticas de principais actores na cena internacional (5T) — A Aliança Atlântica (12T) — Trabalho de grupo (10T) — Viagem ao estrangeiro (a determinar)
--

3.º Período — Quadro Nacional (cerca de 69% T) — Factor físico (2T) — Factor humano (10T) — Factor económico-financeiro (25T) — Factor científico-tecnológico (2T) — Factor político-administrativo (22T) (c) — Factor militar (12T) — A política do Governo (2T) — Visitas de estudo (88T) — Viagem de estudo (40T) (d) — Trabalho de grupo (14T)

(a) No programa considera-se também um trabalho individual por auditor sob tema a seleccionar em lista indicada pelo IDN.

- (b) A desenvolver no Esquema 7.
- (c) A completar nas viagens de estudo.
- (d) Ao continente e arquipélagos da Madeira e Açores.

ESQUEMA 7

DESENVOLVIMENTO DO QUADRO CONCEPTUAL DO PROGRAMA DO CDN/86

a. *Introdução à problemática da Segurança e Defesa.*

(1) *Aspectos básicos de fenomenologia sociopolítica.*

- (a) Numa perspectiva introdutória.
- (b) Numa perspectiva da Ciência política.
- (c) Numa perspectiva teórica das Relações internacionais

(2) *A fenomenologia da guerra, da paz e dos conflitos.*

- (a) Numa abordagem geral da História.
- (b) Numa abordagem psicossociológica.
- (c) Numa abordagem jurídica.
- (d) Numa abordagem axiológica.
- (e) Caracterização polemológica da época contemporânea.
- (f) Moderna investigação científica na resolução dos conflitos.

(3) *A problemática geral da Segurança e Defesa.*

- (a) Caracterização e evolução dos conceitos.
- (b) Objectivos, estruturas e outros aspectos relevantes.
- (c) Os conceitos de ameaça, agressão, subversão e rebelião.
- (d) Caracterização da tipologia das ameaças.
- (e) Pacifismos e Defesa Nacional.
- (f) A segurança interna e os problemas da ordem e da autoridade.
- (g) As influências das novas tecnologias.
- (h) A Segurança e a Defesa Nacional e o Desenvolvimento.

(4) *A problemática geral das organizações militares.*

- (a) Caracterização das concepções e práticas mais radicadas.
- (b) Adequação das organizações militares às realidades das sociedades modernas.
- (c) As Forças Armadas, a sociedade e o poder.

(5) Debate geral.

b. *Noções gerais de estratégia*

(1) Conceitos, condicionalismos enquadrantes e divisões da Estratégia.

(2) Potencial e poder estratégico: potencialidades e vulnerabilidades.

(3) Os modos de acção estratégica:

- (a) As estratégias directa e indirecta.
- (b) As estratégias de dissuasão e nuclear.

(c) A estratégia psicológica.

(d) As estratégias política e diplomática.

(e) A estratégia económica.

(f) A estratégia militar:

- (1) Conceitos;
- (2) Os poderes terrestre, marítimo e aéreo.

(4) O planeamento estratégico:

- (a) Conceitos básicos;
- (b) Conceito estratégico de defesa nacional.

(5) A gestão políticoestratégica das crises internacionais.

(6) O significado e a importância estratégica do espaço exterior.

(7) Debate geral.

Fernando F. Valença

Coronel